

I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil

1. Introdução

Em dezembro de 2004 o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais¹. Tal iniciativa teve origem em um projeto dos Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Meio Ambiente, de consolidação, em âmbito federal, de uma instância capaz de propor e orientar políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais no Brasil.

A Comissão, inicialmente composta apenas por órgãos da administração pública federal², teve como primeiro desafio os questionamentos a respeito de quem são as “comunidades tradicionais” e quais as principais demandas em políticas públicas relacionadas a este(s) setor(s) da sociedade e, conseqüentemente, como poderiam participar ativamente dos processos de tomada de decisão relacionados a tais demandas.

Visando enfrentar tal desafio realizou-se, em agosto de 2005, na Cidade de Luziânia – DF, o “I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais - Pautas para Políticas Públicas”, o qual teve como objetivos principais:

- Promover discussões conceituais sobre o que são as Comunidades Tradicionais;
- Consultar os representantes destas comunidades acerca de suas demandas;
- Identificar os principais entraves no acesso aos programas e ações de Governo existentes;
- Definir os representantes da sociedade civil que terão assento na Comissão;
- Compor uma agenda prioritária para a mesma.

O Encontro, realizado entre os dias 17 e 19 de agosto, no Centro de Formação Vicente Canhas, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em Luziânia - DF, contou com a participação de cerca de 80 representantes de Povos Indígenas, Quilombolas, Agroextrativistas da Amazônia, Geraizeiros, Vazanteiros, Seringueiros, Quebradeiras de Coco Babaçu, Pantaneiros, Ciganos, Pescadores Artesanais, Caiçaras, Pomeranos, Comunidades de Terreiro, Fundos de Pasto, Faxinais e Ribeirinhos do São Francisco.

O processo de consulta e debates foram conduzidos com o auxílio de uma moderadora, um relator e dois animadores, os quais tiveram grande contribuição no entrosamento e intercâmbio entre os representantes das comunidades ali presentes.

1 O Decreto de 27 de dezembro de 2004, pode ser obtido no site http://www.mds.gov.br/ascom/hot_enct/legis.htm

2 O art. 2º do Decreto de 27 de dezembro de 2004, estabelece a seguinte composição para a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais: Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e Fundação Cultural Palmares.

A abertura do evento contou com a presença do MMA, representado pela Excelentíssima Senhora Ministra Marina Silva; pelo MDS, representado pela Senhora Márcia Lopes, pela SEPPIR, representada pela Ministra Matilde Ribeiro, pelo MCT, representado por Lana Magaly Pires, e pela FUNAI, representada por Arthur Nobre Mendes.

A Ministra do Meio Ambiente falou no salto de qualidade representado pelo esforço de reconhecer e de transformar as experiências e práticas vividas pelas comunidades tradicionais em políticas públicas, a fim de reforçar a suas estruturas sociais próprias. A sociobiodiversidade deve ser reconhecida nas políticas públicas. Após 25 anos de trabalho no esboço de políticas específicas para Comunidades Tradicionais, os esforços ainda se encontram pulverizados. A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais terá a tarefa de integrá-los.

Também ressaltou que práticas econômicas e práticas educacionais não devem partir somente do Estado, mas também a partir daqueles para quem são criadas. É necessário um esforço transversal e integrado, para que de fato essa forma de elaboração de políticas se faça presente no processo de tomada de decisões do Poder Executivo. Programas destinados a apoiar e fomentar projetos de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar em comunidades tradicionais, a exemplo da Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas; o Programa Comunidades Tradicionais e o Projetos Demonstrativos – PDA, refletem a compreensão do Governo de que a segurança alimentar deve ser promovida com base nos usos locais, tendo-os como referência cultural importante.

O esforço, agora, é para que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais constitua-se numa política de Governo devotada a valorizar essas comunidades - que não pararam no tempo, mas continuam evoluindo com base em seus conhecimentos tradicionais culturais. Por isso, busca-se um recorte, uma definição das comunidades tradicionais no Brasil, que não seja nem excessivamente restritivo, nem tão abrangente a ponto de descaracterizar a Comissão, enquanto política de atendimento especial a um determinado segmento da sociedade brasileira. Também não se trata de um trabalho para as comunidades, mas um trabalho com as comunidades. Desse modo, o esforço deve ser horizontal e coletivo, envolvendo de forma ativa as comunidades tradicionais em sua construção.

Márcia Lopes:

A representante do MDS, relatou que antes da Comissão Nacional, o MDS atuava junto aos municípios, sempre com a esperança de que o Governo Federal pudesse fazer um diagnóstico e análise dos esforços realizados, para extrair lições e criar condições mais favoráveis para facilitar o acessos das comunidades às políticas públicas.

Contudo, a criação da Comissão Nacional exige a definição de prioridades, a identificação dos limites das políticas públicas existentes e os ajustes necessários para garantir o acesso das comunidades a estas e outras políticas. As respostas devem ser objetivas e claras e devem chegar a cada comunidade. É preciso encontrar uma forma de fazer com que a transferência de renda chegue até as comunidades com retorno e conseqüências reais na

dinâmica das comunidades. Não se pode continuar deixando que políticas públicas não tenham avaliação, são necessários indicadores de resultado. Para tanto, serão elaboradas estratégias de acompanhamento e monitoramento. É importante a definição de "o que queremos, onde queremos chegar e o que é preciso para isso".

O MDS que integrou 21 ações em 5.562 municípios brasileiros, para demonstrar como o atual governo tem conseguido ampliar os investimentos na área social, visando construir um referencial claro de trabalho, baseado na perspectiva de uma articulação intra-governo para integrar esforços. É necessário que se conheça o funcionamento da sociedade brasileira para que sejam criadas respostas efetivas, resultados positivos e duradouros que se sustentem com bases sólidas. A expectativa do Governo é que os grupos de trabalho do evento contribuam e dêem idéias claras de onde estão os acertos e onde se encontram as necessidades de melhora nas políticas públicas. Busca-se a construção de uma política racional para as comunidades tradicionais com um plano estratégico de curto, médio e longo prazo para ser anunciado para todo o país. É imprescindível o envolvimento total de ambas as partes.

Matilde Ribeiro:

Ressaltou que o encontro não deve ser considerado um início, mas sim um avanço na defesa dos interesses dos que muitas vezes são esquecidos. Tomou emprestado o termo usado por Marina Silva da 'transversalidade', citando como exemplo uma experiência de que participou no interior de São Paulo, onde, através de um trabalho que visava a inclusão das mulheres na defesa do meio ambiente, conseguiu incluir uma população inteira no mapa da cidade que até então os excluía.

Também mencionou a grande diversidade brasileira como marca importante para a política, sendo um dever do Governo a junção dos diferentes olhares existentes, reforçando a proximidade necessária também com setores não-tradicionais na política pública brasileira.

Lembrou que a SEPPIR existe há apenas dois anos e meio, um tempo pequeno considerando a história e tradições ancestrais. Ainda assim, neste Governo, tem pela primeira vez status de ministério para se sentar a uma mesa e discutir políticas para as minorias, e apesar dos cortes orçamentários causaram decepção e revolta em todos, acredita na possibilidade de concretizar as propostas.

Existem avanços nos entendimentos e a necessidade de um trabalho conjunto para fortalecimento das políticas. Destacou a presença de representações na Comissão de: quilombolas, buscando regularização fundiária e tratamento como grupo merecedor de políticas públicas diferenciadas; os povos indígenas com suas demandas históricas de inclusão e cidadania; os ciganos que são invisíveis apesar de serem milhares no Brasil sem direcionamento de políticas públicas, e comunidades baseadas na religiosidade de matriz africana, como as comunidades de terreiro. Lembrou que o primeiro passo para a construção de uma política efetiva é o conhecimento daquilo o que não é conhecido. Em seguida, cabe uma identificação das pautas, acordos e possibilidades para construção. Em seguida, deve-se definir a forma de trabalho, sendo imprescindível a pré-disposição para o trabalho em conjunto. Quando se colocam desafios, o

importante é transformar o "não pode" em "pode" - segundo Marina Silva havia dito sobre a agenda ambiental, mas que também se aplica à agenda de governo. "Queremos transformar pequenas coisas em 'pode'", concluiu Matilde Ribeiro.

Lana Pires (MCT) trouxe saudação do Ministro Sérgio Rezende e lembrou que em sua época de estudante não conseguiu uma bolsa para estudar a fome no Brasil, pois o tema não era prioridade para o Governo. "Essa necessidade foi colocada em pauta neste Governo", destacou Lana Pires. Ressaltou ainda a necessidade de se traçar uma política de Ciência e Tecnologia para as comunidades tradicionais visando sua inclusão social. Frisou que o conhecimento não pode estar apenas nas pesquisas e anunciou o lançamento de editais, pelo MCT, para projetos relacionados a essa problemática. Lembrou de sua história pessoal, na qual o pai imigrante tinha seus documentos carimbados de forma a impedi-lo de fazer parte efetiva da sociedade. Desse modo, chamando a atenção para o direito de todos à cidadania. Antes de encerrar, Lana lembrou a importância da segurança alimentar e do papel que a ciência e a tecnologia podem desempenhar se colocadas à seu serviço, amenizando o sofrimento humano e promovendo uma efetiva inclusão social das comunidades tradicionais.

Arthur Nobre (FUNAI) lembrou que os povos indígenas não só compõem comunidades tradicionais, como também participaram da elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Há muito tempo sonha-se em transformar pequenas experiências em políticas públicas e agora isso pode se realizar, recaindo a responsabilidade sobre pessoas capazes e ativas. Se sente seguro que se trata de um momento crucial de convergência que acarretará em resultados de longo prazo. As comunidades tradicionais são grupos diferenciados com histórias diferenciadas, mas que têm em comum a particularidade de viver um mundo com referências de uma tradição que não se funde com o resto da sociedade.

Márcia Lopes acrescentou que o Governo tem o compromisso de acatar as deliberações das conferências, portanto a grande importância da participação. Marina Silva lembrou que é necessário pensar numa forma de acolher comunidades em políticas feitas para os "outros", buscando um marco regulatório adequado que garanta o acesso das comunidades, mesmo às políticas que não foram feitas especificamente para elas, mas que são importantes para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Após breve exposição da programação planejada para o dia, os representantes das comunidades foram participar de uma ciranda em frente ao auditório.

1. Apresentação do mapeamento bibliográfico

Paul E. Little, professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) apresentou o início de um mapeamento das comunidades tradicionais, com base no que se encontra na bibliografia brasileira. Frisou que

o que estava prestes a apresentar não estava “escrito em pedra”, mas esperava que servisse de provocação, como um ponto de partida para uma conversa sobre o que são as comunidades tradicionais. Na busca de um mecanismo para definição de um conceito a esse respeito, propôs-se a realização desse mapeamento bibliográfico. Seus resultados deverão dinamizar as discussões com o intuito de se construir de forma participativa uma definição para o termo ‘comunidades tradicionais’. Trata-se de um termo recente, usado pelos ambientalistas que procuram parceiros para a realização de atividades de conservação. Surgiu também no contexto de luta pelos direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas e dos quilombolas. Logo, as comunidades tradicionais se tornaram então alvo de novas políticas públicas nas áreas ambiental e de desenvolvimento agrário.

Houve dúvidas quanto a unidade social a ser utilizada, sendo possibilidades: populações, povos, comunidades, associações, colônias, etnias e habitantes de um ecossistema. Chegou-se à conclusão de que ‘comunidades’ seria um termo que abrange a maioria. Em seguida, deve-se definir o que significa ser tradicional, pois diferentes perspectivas sociais geram conceitos distintos, não existindo uma definição correta. A definição e delimitação do conceito é uma questão política e técnica. Foram apresentados possíveis critérios para definição de comunidades tradicionais: uso sustentável da terra, destino da produção, vínculo territorial, situação fundiária, organização social, expressões culturais, inter-relações com outros grupos da região e auto-identificação. Lembrou-se que existem várias maneiras de se pensar a tradicionalidade e que cada grupo vai ter um conjunto diferente dos elementos acima, que pode ser usado para se alcançar uma definição da tradicionalidade.

Quanto ao uso sustentável da terra, Paul citou a importância dos ciclos naturais nas práticas produtivas, devendo existir uma sintonia. Mencionou também o uso de recursos renováveis, práticas de uso comunitário dos recursos naturais, conhecimento profundo do ecossistema e o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental.

O destino da produção, se deve lembrar, não tem a venda para o mercado como único fim para a produção. Parte da produção pode ser destinada às práticas sociais como festas, ritos, procissões, folias de reis, ou à subsistência dos membros da comunidade, ou seja, o auto-consumo.

O vínculo territorial requer uma noção de pertencimento a um território, condutas de territorialidade como demarcação, defesa, critérios de inclusão e exclusão. Pode existir ainda uma memória coletiva vinculada ao território específico e identificação com um determinado ecossistema.

Quanto à questão da situação fundiária ou jurídica, as comunidades tradicionais podem ter posse permanente da terra, usufruto exclusivo, propriedade com titulação definitiva, uso comum sem posse, ou não ter propriedade. Pode ainda existir reconhecimento jurídico do grupo social (caso dos quilombolas e indígenas) na Constituição, em leis federais ou estaduais, mas predominam as situações de expropriação, redução ou expulsão da terra.

Na organização social se destaca a importância da família extensa ou ampliada na organização da comunidade, as relações produtivas baseadas na unidade doméstica ou familiar e a existência de regras ou costumes para o uso comunitário dos recursos naturais.

As expressões culturais próprias da comunidade ou grupo como festas, rezas, comidas típicas, modo de fazer as casas e roupas são também traços distintivos. Mitos e ritos associados às atividades de pesca, caça e extrativismo, palavras ou frases lingüísticas próprias, a transmissão oral de geração em geração dos conhecimentos culturais e ambientais são outros pontos.

As formas de inter-relacionamento com outros grupos da região identificadas foram: encontros, reuniões, casamentos. As comunidades podem ainda se considerarem um pouco diferentes da maioria da população da região e cunharem termos próprios para se referirem ao seu próprio grupo.

A auto-identificação pode passar por: povos indígenas, com o nome específico de cada etnia; quilombolas, com suas múltiplas maneiras de se identificar, como comunidades negras rurais, terra de preto, kalungas; populações extrativistas, sendo seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, babaçueiros; grupos vinculados aos rios ou ao mar, como ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros e marisqueiros; grupos associados a ecossistemas específicos, como pantaneiros, catingueiros, vazanteiros, sertanejos, chapadeiros; grupos associados à agricultura ou pecuária, como faxinais, geraizeiros, caipiras, sitiantes, campeiros, fundos de pasto, vaqueiros; outros grupos, como ciganos e açorianos.

Ao término da apresentação, uma série de perguntas foi apresentada ao Professor Paul Little acerca da apresentação. A antropóloga Clarisse Drummond perguntou se não deveria ser um critério adicional a pequena escala da produção, comumente característica de atividades produtivas nas comunidades tradicionais. O seringueiro Pedro Ramos lembrou que um extrativista não necessariamente tem o extrativismo como atividade única, pois tem que sobreviver na entressafra. Já tem planos para o armazenamento de alimento que lhe permita essa sobrevivência sem que exista necessidade de outras atividades complementares. Ana Maria, da Rede de Artes Africanas da Bahia, reclamou a falta de menção à ancestralidade do fazer, do pensar e da luta pela existência como critério.

As respostas de Paul para o primeiro bloco de questões foram as seguintes: a pequena escala seria, sim, outro fator que poderia entrar na lista de características definidoras das comunidades tradicionais. Também concordou que não é só de uma atividade produtiva que vivem as comunidades tradicionais, mas de meios de produção múltiplos. A ancestralidade, por sua vez, foi um tema que se mostrou polêmico na literatura, sendo inicialmente vinculado a uma determinada trajetória histórica. Muitos grupos, entretanto, foram expulsos de suas terras ou migraram. Por isso, é preciso ter cuidado ao se fazer uso do critério de “ancestralidade” para não excluir esses grupos que

se viram obrigados a migrar e a adaptarem-se a novos contextos socioculturais. A tradicionalidade muitas vezes é considerada o oposto do moderno, mas não quer dizer isso. Os grupos não precisam fazer sempre tudo da mesma forma, tradicionalidade não exclui modernidade, não implica em estancamento, apenas implica uma forma de viver no mundo diferenciada.

Em seguida, a quilombola Josilene lembrou que sempre foi imposta a idéia de tradicional como isolado. As inter-relações, por sua vez, vão além de festas, são também para produção e comércio. Ressaltou a importância da ancestralidade para que exista uma referência para o próprio povo, para que saibam de onde vieram. Sentiu-se incomodada pelo fato de os ciganos terem sido classificados como "outros grupos". Júlio, técnico do Maranhão, falou do acesso aos recursos naturais que variam, dependendo da época do ano, e de que muitos são agricultores familiares na entressafra. Claudionor Terena, representante dos povos indígenas, sentiu falta da questão da reciprocidade. Sobre a questão da identidade, lembrou que o vínculo com o território não se limita à posse de um espaço de terra, mas é onde se afirma a reprodução de uma identidade comunitária, com o uso da prática agrícola relacionado a fenômenos naturais como o ciclo da lua ou a direção do vento. Márcia Spyer, do Ministério da Educação (MEC), sugeriu que os grupos começassem a discussão a partir da última questão: a auto-identificação. Questionou ainda qual seria o tratamento dado aos índios urbanos.

Paul respondeu que a idéia de um encontro como esse foi justamente tirar da marginalidade as comunidades tradicionais em suas diferentes manifestações. Em seguida, disse que a prática extrativista indica que um indivíduo não é simplesmente um agricultor, e que deve existir um critério claro para definir quem é apenas agricultor e quem não é, para que não se beneficiem como comunidades tradicionais aquelas que não o são. Acrescentou que a questão da reciprocidade é fundamental e pode tranquilamente integrar a lista de características das comunidades tradicionais. A territorialidade deve ter sentido de pertencimento a uma comunidade, integrar o sentido de identidade. Os grupos devem produzir em sintonia com a natureza ao invés de não se importar com isso, como no caso do monocultivo de soja. Lembrou ainda que não apenas índios, mas também qualquer outro grupo que tenha se integrado ao meio urbano deve ser lembrado. Depende também do nível de absorção. A idéia de desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais visa justamente a permanência das comunidades no meio rural, para evitar a migração para as cidades.

Ronaldo, da UnB, ressaltou que alguns querem continuar sendo tradicionais mesmo sendo urbanos. Queria saber se, de fato, vai existir uma política diferenciada para comunidades tradicionais e se está mesmo garantida a questão do desenvolvimento sustentável que visa o futuro, perante a ancestralidade e a tradicionalidade de práticas como a pesca. Rosa perguntou se poderia se identificar como quebradeira de coco babaçu, pois não conhecia o termo "babaçueira" e nem acreditava existir tal denominação. Valdivino, catigueiro e membro de comunidade de fundo de pasto, ressaltou que para responder a ameaças, muitas pessoas recorrem à tradicionalidade, dizendo que já vivem em suas terras há muitos anos, que o pai e o avô nasceram lá.

Disse que os costumes devem ser respeitados assim como o respeito e o entrelaçamento das famílias nas comunidades tradicionais do interior. Mauro Almeida, da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), frisou a importância da inclusão dos ciganos na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, apesar de não terem território. Lembrou que todos os presentes haviam sido chamados, mas antes disso estavam ali pelo envolvimento, pela luta pelo reconhecimento. É difícil fechar uma lista de membros para o acordo social entre o Governo e os grupos marginalizados. A Constituição reconhece os direitos dos indígenas, mas não delimita critérios capazes de dizer se um indivíduo é indígena ou não. O presente movimento é parte de um movimento internacional de inclusão social. Trata-se de um pacto pela sociobiodiversidade, para uma lei de reconhecimento de direitos territoriais e intelectuais para esses grupos. Enzo, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), perguntou se as comunidades tradicionais teriam direito de ser “insustentáveis”. Sobre o contraste entre tradicional e moderno, lembrou que nem tudo que muda no tempo e evolui é moderno. A busca do lucro, característica da economia de mercado, por exemplo, não é necessariamente boa. A leitura do tradicional em justaposição ao moderno não deve ser pré-moderno, mas sim uma alternativa ao moderno.

Paul não teve tempo de responder a todas as perguntas detalhadamente devido ao horário avançado, portanto resumiu que comunidades tradicionais teriam, sim, o direito de serem insustentáveis, porém não se beneficiariam da política de desenvolvimento sustentável. Concordou com Valdivino e com Mauro Almeida, dizendo que a realização do encontro só se fez possível por causa da luta das comunidades pelo reconhecimento da sociedade brasileira de suas especificidades e direitos. Além disso, frisou que “se não há movimento social que fundamente a política, dificilmente a política pode vingar”.

2. Auto-representação das comunidades tradicionais

Os participantes, após o almoço, foram convidados a se apresentar e se inserir em grupos de sua própria denominação. Identificaram-se: seis coletadores de produtos não-madeireiros da Amazônia, sendo coletadores de castanha, ribeirinhos, coletadores de açaí, seringueiros; dois fundos de pasto; um caprinocultor e apicultor da região do São Francisco; dois caiçaras; seis pecadores artesanais; dois geraizeiros; três representantes de povos indígenas; uma pomerana; uma sertaneja; dois pantaneiros; seis quebradeiras de coco babaçu; uma pessoa que se identificou usando o termo ‘transversalidade’ de Marina Silva, por ser ao mesmo tempo descendente de quilombos e quebradeira de coco babaçu; dois ciganos, com a breve mensagem “Queremos cidadania, não queremos mais que os livros de história nos chamem de ladrões de criança. Queremos ser inseridos em algum grupo cuja preocupação seja a cidadania. O Brasil é o único país do mundo que já teve um cigano como presidente – Juscelino Kubistchek”; onze quilombolas; três faxinais; quatro representantes de comunidades de terreiro.

O exercício para divisão dos grupos foi participativo, e apesar de alguns questionamentos e algumas ansiedades manifestadas, foram compostos com êxito os seguintes grupos: 1. fundo de pasto, caprinocultores e apicultores do São Francisco, faxinais; 2. região da Amazônia e quebradeiras de coco; 3. pescadores artesanais, caiçaras, pantaneiros; 4. quilomoblas, comunidades de terreiro; 5. geraizeiros e sertanejos; 6. ciganos e pomeranos; 7. povos indígenas. A partir dos elementos apresentados em sua apresentação do mapeamento bibliográfico das comunidades tradicionais, Paul Little propôs oito perguntas para orientação das discussões nos grupos de trabalho:

- Qual é o nosso modo de usar a terra?
- O que fazemos com a nossa produção?
- Temos vínculos com um território específico?
- Qual é nossa situação fundiária?
- Qual é a relação entre as nossa famílias e a organização da nossa comunidade?
- Quais são nossas expressões culturais mais importantes?
- Como nos relacionamos com os grupos da nossa região?
- Como nos identificamos como grupo social?

Foi sugerida a escolha de um membro de cada grupo para fazer a coordenação da discussão, evitando divagações, assim como um membro para a relatoria.

3. Grupos de trabalho: auto-identificação

O segundo dia de encontro foi iniciado com as apresentações dos grupos de trabalho. A primeira apresentação foi a do grupo de pantaneiros, pescadores artesanais e caiçaras. Quanto ao modo de usar a terra, destacaram que precisam, para acesso à área de pesca, da extração de material para pesca, moradia e de plantações para subsistência. Existem diversos assentamentos e áreas também destinados ao turismo. Fazem uso coletivo da terra. A produção é vendida para atravessadores, o que futuramente deve ser evitado para melhoria do custo final e da renda para os pescadores. A produção também se destina ao consumo próprio e à venda direta no mercado local ou nos restaurantes. Existem pontos específicos para pesca que tradicionalmente geram conflitos e um deslocamento em busca de maior produção. A situação fundiária é problemática, pois existem proibições para a pesca. Atualmente lutam pela criação de reservas extrativistas. A pesca predatória prejudica e causa grande impacto ambiental. Grandes projetos de turismo expulsam pescadores da praia. Interesses econômicos conseguem autorizações para a destruição de grandes manguezais. Existe também o turismo predatório, que gera poluição das águas e praias. Os turistas compram terrenos pequenos e cercam áreas grandes, muitas vezes incluindo a praia, não deixando os pescadores atuarem ali. Há descaso por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quanto à grilagem das terras, e os pescadores estão perdendo espaço não apenas de pesca como também de moradia. Outro problema são as unidades de conservação de proteção integral, proibindo a atuação das comunidades em áreas de uso tradicional. Sugeriram o turismo comunitário, onde quem ganha dinheiro é a

comunidade e não os grandes empresários. As relações familiares são fortes, através de colônias de pescadores, casamentos, mutirões, articulação e mobilização da classe. As expressões culturais são festas, dança, linguagem, comida, mutirões, parteiras e músicas. A relação com os grupos da região é total, pois os interesses são comuns. Se fortalecem através de seminários para buscar políticas públicas que beneficiem a todos. Se identificam como grupo social quando fazem parte dos movimentos sociais, como associações, colônias, federações e fóruns.

Em seguida, os geraizeiros, raizeiros, sertanejos e vazanteiros ressaltaram a forma de viver extraindo produtos da natureza de forma equilibrada sem prejudicá-la. Utilizam a agricultura familiar para o sustento com manejo sustentável – não plantam diretamente no solo para não prejudicá-lo. Não usam agrotóxicos. A terra é usada de forma coletiva. Em geral terras alheias são usadas enquanto não há proibição, pois são assentados em pequenas propriedades e não têm terra. Os produtos são destinados quase que inteiramente à subsistência, sendo o restante vendido ou trocado. São nativos dos territórios, muitas vezes expulsos de suas terras. Muitos têm que migrar devido ao crescimento das famílias que faz com que as terras se tornem pequenas. Quanto à situação fundiária, a maioria ainda não tem título das terras que ocupam. Existe uma relação de respeito com outros grupos da região, e se integram em festas e mutirões com grupos da mesma linhagem, para evitar conflitos. Têm no batuque, na catira, nas festas e comidas típicas suas manifestações culturais. Encontram entraves na migração da mão de obra para o agronegócio, o que causa uma desmobilização comunitária e o fenômeno das “mulheres viúvas com marido vivo”, seis meses por ano – seus maridos saem em busca de trabalho temporário no corte de cana e outros serviços. Quando existe agregação de valor aos produtos do extrativismo, enfrentam-se entraves ambientais e sanitários, impossibilitando a geração de renda sustentável.

O grupo de ciganos e pomeranos se apresentou separadamente, respeitando as diferenças entre os dois grupos. Os ciganos se subdividem em clãs. Não se consideram diferentes entre si, mas sim iguais, com especificidades. Os ciganos sedentários lutam por políticas públicas beneficiando os nômades e semi-nômades, que usam a terra provisoriamente. Querem poder chegar a locais, levantar suas barracas e serem recebidos com dignidade, sendo considerados cidadãos. Por não terem endereço, dificilmente conseguem cidadania, pois não conseguem nem retirar documentos. Não tendo documentos, não existem, e não podem entrar no mercado de trabalho. Surgem então as lendas de que são ociosos. Procuram estímulo para começar a trabalhar o aproveitamento da terra, considerando-se que os nômades ocupam a terra entre 90 e 120 dias e os semi-nômades por 4 a 5 anos. Querem políticas que permitam a admissão de suas crianças nas escolas locais. Não têm produção nem renda. Gostam de criar cavalos de raça e produzem apenas o que vão consumir diretamente. Não possuem vínculos com um território específico, sendo o céu, a terra e a liberdade seus vínculos. A respeito da situação fundiária, lembrou que os sedentários são cidadãos comuns, enquanto os nômades “não existem”. Ressaltaram a necessidade de geração de conhecimento para que se insiram na sociedade. Reclamaram que

adolescentes têm, como leitura obrigatória para provas de vestibular, a obra “Memórias de um Sargento de Milícia”, que inclui o seguinte trecho:

Com os imigrados de Portugal veio a praga dos ciganos, gente ociosa de poucos escrúpulos, velhacos, trapaceiros e larápios. Da sua cultura que muito se fala, deixaram-na na outra banda do oceano. Para cá trouxeram velhacarias e maus hábitos.

Contaram que, no passado, mulheres que engravidavam fora do casamento muitas vezes davam seus filhos para os ciganos tomarem conta. Não podiam entrar nas cidades, ou apareceriam mortos no dia seguinte. Trata-se de uma cultura atípica com tradições que preservam a cultura indiana e que já andaram mais de mil anos, adquirindo línguas e gestos do mundo inteiro. O filho de Yáskara, uma das ciganas presente, fala oito línguas. Comumente, falam árabe, idíiche, e línguas africanas. Lamentaram a perda total da identidade em alguns estados do Brasil, nos quais não mais cantam nem dançam, o que é de prioridade alta para os ciganos. O conselho de anciãos conhecido como Kris Romani julga desvios no padrão de comportamento mais severamente que os tribunais da sociedade. São excluídos enquanto nômades e são considerados cidadãos de segunda classe enquanto sedentários. Quanto às expressões culturais, ressaltou que adoram crianças, mas não as roubam. Têm rituais de nascimento e casamento. A língua é ágrafa. A comida tem traços de indiana, árabe, espanhola e russa. Têm rituais, inclusive Brasília foi construída sob consulta a ciganos durante um ritual. Informações sobre ciganos são enviesadas e distorcidas pela visão etnocêntrica dos historiadores.

Os pomeranos vivem no estado do Espírito Santo, buscando qualidade de vida através da agricultura familiar de subsistência sem o uso de agrotóxicos. Mantêm sempre uma faixa de mata em suas propriedades. Já não existem na Europa, de onde fugiram da perseguição político-religiosa. Têm vínculo forte com a terra que vem sendo passada de geração a geração através dos anos, agregando-se valor histórico e cultural. Estão tendo grandes dificuldades causadas pela criação de unidades de conservação de proteção integral. “O governo usa formas arbitrárias de desapropriação que faz com que viremos sem-terra e nem sempre indeniza e quando indeniza não tem o valor da cultura e da história agregados ao longo dos anos”. A comunidade luta pela preservação de sua história. Se forem retirados, não poderão visitar os cemitérios onde estão seus antepassados. Não existem estudos sobre a categoria de uso sustentável na qual se encaixam os pomeranos. “Existem, sim, famílias que vão ficar jogadas no esquecimento, pois não têm outros meios de vida”. Suas expressões culturais podem ser vistas nos casamentos, que geram festas de três dias de duração, na transmissão das falas usadas nos ritos do casamento, na festa da colheita e nos mutirões para ajudar quem está doente, nas obras e no casamento. Identificam-se como brasileiros pomeranos que detêm conhecimentos sobre um modo de vida e cultura diferente. Dependem de subsídios para que sua cultura possa continuar e incentivos para que seu conhecimento seja transmitido. “O governo tem que parar e pensar até quando quer brigar com as comunidades que podem ser seu maior aliado. Esse é um problema grave para o qual as pessoas têm que abrir os olhos. Ninguém agüenta mais legislação que não é usada. De que

adianta fazer consulta pública via Internet para quem não tem nem energia elétrica?”

O grupo de caprinocultores e apicultores do São Francisco, fundos de pasto e faxinais usa a terra de forma coletiva para o comércio regional. São muito ligados à terra, pois sem ela não haveriam as comunidades. Também têm problemas com a legislação, pois a constituição do estado da Bahia é a única que diz que a terra deve ser repassada às comunidades que fazem uso comunitário dela, e ainda assim isso não se tornou realidade até hoje. Empresas compram pouca terra e cercam muita. Gostariam que as áreas de fundo de pasto fossem regularizadas. Quanto às relações, são moradores que vivem nas mesmas residências ocupando as mesmas terras há muito tempo, passando seus costumes de geração em geração, o que cria uma relação interpessoal. Se expressam culturalmente através de vaquejadas, festas de São João, Santo Antônio, de Reis etc. Têm ainda mutirões e romarias. Relacionam-se com outros grupos através de associações, centrais e movimentos sociais. No caso dos faxinais, ainda não há um movimento consolidado. Têm personalidade jurídica no caso dos fundos de pasto (uma organização formalizada), embora os faxinais ainda busquem este reconhecimento. Precisam de assistência técnica, crédito e educação.

Os quilombolas e representantes de comunidades de terreiro começaram sua apresentação com a banda Auê, que convidou todos a se levantarem e cantarem uma música. Em seguida, identificaram comunidades de terreiro como os quilombolas pertencentes a religiões de matriz africana. Destacaram que participam de um processo de construção coletivo, no qual é preciso ter cuidado ao se identificar um indivíduo como remanescente de quilombos. A iniciativa deve partir do indivíduo. Isso não quer dizer que a identidade foi inventada. Os quilombos se constituíram a partir dos terreiros onde suas práticas religiosas foram condenadas como ‘coisa do demônio’. Suas denominações são baseadas em troncos familiares cujo sobrenome nem sempre vem da africanidade, mas foi herdado do antigo proprietário. Têm diversas denominações. Dentre elas, comunidades negras rurais, terra de preto. Seu patrimônio histórico-cultural, entretanto, é único, independentemente da denominação usada. Sua ligação à terra se encontra em situação específica, pois existe legislação que regulamenta o território de quilombos, mas não pode ser loteada conforme exigências para titulação, pois fazem uso comum das terras. Buscam um mecanismo de garantia de direito dos povos quilombolas. Existe o conceito de que escravos vagabundos fugiam para os quilombos, mas muitas vezes as terras eram compradas ou cedidas. A terra não é uma mera propriedade, carrega em si uma identidade, é um espaço de reprodução social e cultural. Não são sem-terra. É importante que não se esqueça o passado e a forma de constituição dessas comunidades. A regularização fundiária significa o empoderamento da população. Hoje, não se pode construir escolas nos quilombos sem que as terras estejam regularizadas, portanto a regularização é uma condição primeira para o exercício pleno da cidadania quilombola. Os laços de parentesco entre as comunidades são muito fortes, havendo muita cooperação, especialmente entre as mulheres. Existe uma memória oral muito rica. O trabalho é dividido e todo o planejamento é feito em conjunto. Desde a religiosidade até a culinária têm heranças históricas.

Os recursos naturais são preservados de forma coletiva. É preciso que se compreenda que geralmente o pai deixa espaço reservado ao lado de sua casa para que os filhos construam suas próprias casas, portanto não são excessivas as quantidades de terra que procuram. Os mais velhos são muito respeitados, assim como os saberes da medicina tradicional. A africanidade nunca é esquecida, nem o significado da escravidão. A produção é destinada ao auto-consumo ou trocas. Têm lavouras, criação de animais, pesca artesanal, extrativismo. A noção de poupança é a criação de animais, não o dinheiro no banco. Há grande diversidade lingüística no sentido de expressões particulares, e apesar de nenhuma comunidade falar uma língua diretamente africana, têm expressões que remetem às origens e cantos em línguas africanas.

O grupo de trabalho da região amazônica, que incluiu as quebradeiras de coco babaçu, foi apresentado por Pedro Ramos, que disse: “Eu me identifico como caboclo extrativista da Amazônia. A gente foi marginalizada e continua sendo. O nosso produto, a borracha, gerou fortuna, mas nunca foi visto como produto estratégico nacional, exceto por alguns momentos durante a Segunda Guerra Mundial. Mas não sou, nem conheço caboclo que seja chamado de “herói da guerra”. Alguns têm o uso da terra sob controle, mas ainda existem conflitos pelo direito de uso da terra. Achavam que ao embarcar de “carona na reforma agrária” teriam proteção ambiental, mas não foi o caso, pois ainda não havia prioridade para a questão ambiental. Frisou que não querem o solo, querem usufruto dos recursos naturais. Existe um respeito tácito à demarcação não por lotes, mas por limites naturais nos assentamentos. A produção é destinada ao comércio e ao consumo próprio, assim como para a exportação em alguns casos. Repetiu que não têm vínculo com a terra, mas sim com os recursos naturais, em uma relação quase familiar. Não se apegam à titulação da terra. Existem muitas lutas na questão da situação fundiária. No caso de reservas extrativistas, a terra continua sendo do governo. Não conseguiram ser reconhecidos – chegaram a ter que derrubar para plantar roça para o uso da terra ser reconhecido, pois “com a natureza em pé não valia nada”. Segundo Pedro Ramos “existe muita terra sem gente e muita gente sem terra”. As famílias trabalham em mutirão, com práticas religiosas presentes nas comunidades. Existem lendas e particularidades de cada região que devem ser respeitadas. Se relacionam com outros grupos através de apoios, parcerias, organizações. Temem a biopirataria.

Os povos indígenas, ora representados por membros das etnias Krikati, Carajá e Timbira, fazem uso sustentável da terra, priorizando a preservação e recuperação ambiental. Muitos receberam terras degradadas devido à nova demarcação, às vezes sendo preciso reflorestá-las e repovoá-las de animais. Fazem manejo da biodiversidade. A produção se destina ao uso coletivo para festas ou produção individual por família, subsistência ou mercado interno. Às vezes exportam artesanato, legumes, guaraná e outros produtos nativos. Afirmaram que a pergunta sobre vínculo com um território é ruim, pois a terra não tem limites. Não deveria existir demarcação para territórios. “A terra é mãe, de onde tiramos sustento, e alguns a destroem.” A situação fundiária não está bem. O governo tem uma dívida com os povos indígenas. Mesmo em terras demarcadas, existem invasores. São criadas unidades de conservação mesmo

havendo comunidades dentro e as expulsam. Não falam somente pelos povos indígenas, mas também pelas demais comunidades tradicionais. “Os grandes fazem leis para eles e os pequenos têm que cumprir”. Devem ser respeitados os direitos de cada um. Sempre se organizaram com base nas famílias, têm suas próprias leis, e sofrem pela ganância trazida pelo homem branco. Todas as suas expressões culturais são importantes, desde festas e danças a crenças e religião. Relacionam-se bem com outros grupos indígenas da região, mas têm conflitos com não-indígenas com relação à ocupação das terras. Buscam harmonia entre si. Existem, na história dos povos indígenas, guerras entre diferentes povos, mas a grande dificuldade de entendimento e a ameaça comum é com o homem branco, que fez com que se unissem e hoje os indígenas vivem numa “cooperação forçada”. No passado, a maior ameaça aos povos indígenas era a invasão e as doenças do homem branco. Atualmente, “a maior ameaça é a caneta”. Os decretos e leis do homem branco não são apropriados para os povos indígenas, e mesmo existindo ainda a ameaça de invasão e doenças, são as leis que mais prejudicam. Mencionaram a remoção de povos das terras onde estão enterrados todos os seus antepassados para a construção de uma barragem. A transposição do Rio São Francisco afeta diretamente 45 povos indígenas. O representante do grupo, **Marcos Savariu**, cantou então uma canção indígena e em tom de desabafo disse que a terra não pertence a nós, nós pertencemos à terra. “Quando a última árvore tombar o homem branco vai perceber que não se come dinheiro. Vai pagar caro”. Estão na busca de parcerias urgentes porque não acreditam que a Ministra vai ser capaz de impedir a barragem que deslocará seu povo.

Após as apresentações, foi passado o recado de que o site do MDS tem material sobre o que está sendo discutido na comissão de comunidades tradicionais. O endereço é www.mds.gov.br. Foi pedido a todos que difundissem os resultados do evento, que é uma oportunidade para conhecer melhor as semelhanças e particularidades entre as comunidades tradicionais, assim como os problemas que têm em comum.

Quando perguntada se haveria espaço para comentários e refinamentos sobre as apresentações, no final da sessão, Mônica Nogueira, moderadora do evento, ressaltou o aparente cansaço dos presentes e sugeriu que isso não fosse feito noutro momento. Houve alguns comentários sobre: a falta de espaço para refinamento das apresentações, o que poderia gerar equívocos; o tempo do encontro ser muito curto para a discussão de uma estratégia de continuidade e o risco de estarem se misturando etnias, atividades e grupos na mesma discussão.

Paul Little acrescentou que o Governo não “apaga uma atividade ou etnia ou grupo por ser também outra”. Ou seja, um indivíduo não deixa de ser indígena porque pratica o extrativismo, e o mesmo se aplica para o resto. Não se trata de uma tentativa de substituição de categorias. “No âmbito de políticas para o desenvolvimento sustentável é legítimo incluir as comunidades tradicionais. Não é todo mundo no mesmo saco, perdendo suas particularidades. Não é o que está sendo discutido”.

Mauro Almeida comentou a necessidade de reorganização dos grupos. Mônica lembrou que a idéia era trazer o que estava na bibliografia para confrontar à realidade, revelada no encontro pelos representantes das comunidades tradicionais. O objetivo é justamente construir coletivamente uma definição das comunidades tradicionais que possa ser utilizada pela Comissão. “O passo seguinte, na agenda do encontro, deve ser verificar se os grupos que caminharam bem querem se manter para discutir, agora, os problemas comuns ou se há grupos que queiram se subdividir para realizar essa nova etapa do trabalho”. Desse modo, a programação do encontro percorreria as seguintes etapas: definição de “quem somos” (referido às comunidades tradicionais); exposição de nossos problemas e necessidades; exposição do governo sobre o que está em oferta (em termos de políticas públicas); identificação de lacunas e falhas na execução dessas políticas públicas, pelas comunidades tradicionais; definição dos representantes da sociedade civil na Comissão; e encaminhamentos finais.

Aderval começou a falar sobre a confusão que pode existir entre identidade e atividade produtiva predominante, mas lembrou que o governo não poderia fazer a divisão por conta própria. Foi interrompido, com a explicação: “Não precisamos de esclarecimentos sobre quem é quem. Ninguém está acusando a divisão de ter sido forçada”. Mônica e Aderval reconduziram a discussão, perguntando se deveria ser tomado tempo da tarde para que isso fosse discutido. A resposta geral parece ter sido que não era necessário. Dijé: “Não temos um conceito pronto, mas somos o que somos porque defendemos nossos interesses e muito mais. Por isso, para nos identificar, somos nós que temos de dizer o que somos, porque estamos dentro do contexto dessa sociedade e temos que levar isso pra rua, para fazer com que o que está na Constituição seja cumprido”.

Finalizada a discussão, seguiu-se o recesso para o almoço e a sessão da tarde, para levantamento das demandas prioritárias.

4. Grupos de trabalho: problemas e demandas

Depois do almoço, Carlos Machado e a equipe do Departamento do Patrimônio Genético do MMA (Cristina, Mônica, Carla, Tereza, Teca, Alexandre e Sonja) realizaram uma sessão de Teatro-Fórum, técnica do Teatro do Oprimido, desenvolvida pelo dramaturgo Augusto Boal. O tema em discussão foi a apropriação indevida, por parte de empresas e pesquisadores, do patrimônio genético e dos conhecimentos associados das comunidades tradicionais. Os espectadores, diante do problema encenado foram estimulados a intervir na cena, com o intuito de romper com a “opressão”. Foram experimentadas as mais diversas soluções, seguidas por um debate, em tom descontraído e alegre.

Logo depois, os grupos de trabalho já se reuniam pelos cantos do Centro de Formação Vicente Canhas para formulação de suas demandas.

Tão logo terminado esse trabalho, os grupos tiveram a oportunidade de demandar e receber esclarecimentos sobre as políticas de governo existentes, que podem atender, se não todas, pelo menos em parte as necessidades

levantadas. Em outras palavras, foi um tempo dedicado para que as comunidades tomassem conhecimento da oferta do Governo e esclarecessem suas dúvidas. Naturalmente, os representantes de governo que estavam oferecendo tais esclarecimentos tiveram também a oportunidade de conhecer as necessidades e dificuldades no acesso das comunidades às políticas públicas existentes.

A fim de evitar a segmentação de temas como desenvolvimento, cultura, acesso à terra, visto que para as comunidades esses são temas absolutamente imbricados, os os grupos de trabalho se mantiveram em sua constituição original e receberam os técnicos e técnicas dos diferentes Ministérios, Secretarias e Programas, que prestaram informações sobre as ações de governo, de acordo com a demanda apresentada pelos grupos.

A perspectiva foi garantir o protagonismo dos representantes de comunidades, orientando a discussão para os seus interesses e evitando as convencionais mesas de comunicação de ações governamentais.

Foi também tarefa dos grupos de trabalho discutir quais os ajustes desejáveis entre “demandas e ofertas” de políticas públicas, ou seja, o que é preciso ser criado e desenvolvido e o que precisa ser reformado para ter efetividade nas políticas de governo para comunidades tradicionais. Desse modo, sugeriu-se o seguinte roteiro de discussão:

“Agora que conhecemos algumas ações do governo para comunidades tradicionais, todos os problemas estão resolvidos?

“Não? Por quê?

“Quais os problemas que permanecem sem solução?

“O que poderia ser feito para resolvê-los?

“O que mudar na ação de governo para que as comunidades possam, de fato, se beneficiar das políticas públicas existentes?”

5. Comissão: definição de critérios e eleição de membros

Apenas às 21:15 os grupos encerraram suas discussões e voltaram a se reunir no auditório para definição de critérios e eleição de membros para a comissão. Jorg Zimmermann, Diretor de Agroextrativismo do MMA, abriu falando que várias pessoas haviam dito que não estava claro o processo. Seguiu então para explicar: “A idéia de criar esta Comissão surgiu de uma conversa entre a Ministra Marina Silva e o Ministro Patrus Ananias. Marina vem de um povo seringueiro e grande parte dessas populações enfrenta violência de toda ordem. É uma boa idéia o governo assumir claramente uma posição de uma política que tome conta da diversidade. Certamente muita gente foi esquecida, ou nem mesmo se sabe que existem. Um dos objetivos dessa comissão é dar visibilidade a essas comunidades, pois atualmente não damos conta de todas as especificidades. Não queremos passar por cima de iniciativas já existentes, queremos somar esforços. Como esses esforços devem ser integrados fica a critério das comunidades. Se é cabível ou não essa soma de esforços não precisa ser avaliado hoje, pode ser ao longo do tempo. Pode ser uma coisa bastante positiva e um instrumento para obrigar o governo a olhar para esses povos. A massificação não dá conta da diversidade e o foco nessa necessidade não vai ser de hoje para amanhã, mas vai ser possível avançar nesse processo. Existe um grande movimento articulador,

mas depende de vocês para avançar e avaliar. Entendo que movimentos indígenas têm uma força já para garantir sua autonomia, é preciso então avaliar se esse esforço é contraditório ou não. Para comunidades com menos visibilidade cabe também a avaliação se esse esforço vale a pena. Existe uma dificuldade no trabalho de articulação de conversa entre todos os órgãos do governo, mas vale a pena, pois sabemos como começa, mas não sabemos como acaba. Como 13 ministérios estão representados na comissão, devem ser escolhidos 13 membros da sociedade civil, mas essa é uma equação que vocês mesmo terão que resolver para ninguém ficar de fora. Os membros podem ser provisórios, com um prazo para a decisão final". Mencionou em seguida a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais. Lembrou que para termos visão internacional é preciso preservar a riqueza não só da biodiversidade como da sociobiodiversidade. "Não se trata de preservar a natureza e sim a alma desse país".

Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Maranhão, disse que a importância da reunião é o reconhecimento das comunidades. O instrumento jurídico transnacional que pode ser usado para ver o que une a todos é a Convenção 169 da OIT. Essa convenção abre a possibilidade de se usar a palavra 'povos' ao invés de 'populações'. Permite uma aproximação e uma referência comum não só no Brasil, mas no cenário internacional. Essa convenção tem servido aos quilombolas e aos indígenas. Hoje em dia cada um diz a forma que deve ser chamado, não é mais o Estado que decide que, por exemplo, quem vem da África é 'negro' e quem é nativo é 'índio'.

Lourenço, representante dos povos indígenas, disse que queria ir direto ao assunto da escolha dos membros da Comissão. Quanto à questão do número de vagas, gostaria de evitar conflitos, pois estão todos buscando um objetivo comum, e gostaria que 4 vagas, entre as 13 propostas, fossem reservadas para os povos indígenas. Helena, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, disse que queria discordar, mas antes seria preciso pensar em elementos importantes que poderiam caracterizar critérios para que os que não ficarem representados o sejam depois. É importante que sejam capazes de garantir um diálogo permanente. Foi sugerido que não pensassem apenas em representar a própria população para que a discussão não virasse uma disputa. Não deveriam pensar em termos de corporativismo nem retaliação para que pudessem construir as propostas juntos. Yáskara, representante dos povos ciganos, disse que não entendia porque teriam que aceitar que fossem apenas 13 representantes, sendo que estavam ali representadas 15 comunidades. Deveriam exigir que fosse aumentado o número de vagas para 15. Leide Aquino, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), sugeriu a composição de uma coordenação para a discussão, para que Mônica ficasse livre para anotar as sugestões. Claudionor, representante dos povos indígenas, foi escolhido como secretário, e a própria Leide como presidente da Assembléia.

Uma proposta apresentada foi que cada grupo de trabalho pudesse eleger um representante para integrar a comissão e os povos indígenas e quilombolas tivessem direito a dois representantes. Valdivino disse: "Não sei como vai ser a distribuição das vagas, mas a discussão tem que ser feita. Nós fundos de pasto

estamos aqui porque queremos sair da esfera estadual. Na Bahia já somos reconhecidos, mas queremos ser vistos na esfera nacional, federal. Temos problemas e temos demandas e queremos junto com outras comunidades buscar reconhecimento. O que importa não é o número de vagas, mas sim que estejamos representados”. Foi feito um apelo para que o Conselho Nacional de Serigueiros (CNS) ficasse representado devido ao tamanho da área de abrangência da Amazônia. Antônio sugeriu que tentassem um aumento no número de vagas. Manoel reclamou que estavam partindo para o lado do individualismo, e que desde que fossem defendidos os direitos de todos os companheiros, não deveria importar quem seria escolhido. Pedro Ramos concordou que a escolha não importa, contanto que haja representação. Braulino Caetano dos Santos, do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e Rede Cerrado, insistiu que deve haver uma luta pela defesa dos biomas em que se inserem as comunidades. Danilo pediu uma vaga para os caiçaras, com o apelo de comunidades que não têm como trabalhar devido à proteção ambiental. O movimento nacional dos pescadores gostaria também de garantir uma vaga. Roberto, da Rede de Faxinais lembrou que seria importante que as comunidades com menos representação no evento não fossem oprimidas como acontece ‘lá fora’. Diferentes propostas para critérios e subsequente divisão em grupos foram apresentadas. Foi sugerido que caprinocultores e apicultores e coletadores de produtos não madeireiros da Amazônia ficassem na suplência, com os outros 13 grupos identificados na titularidade. Pedro Ramos lembrou: “o complicado é fazer com que nossos anseios se transformem em políticas públicas”. As quebradeiras de coco indicaram a ASSEMA para a suplência de sua representação. Houve questionamento acerca de porque os coletadores ficariam na suplência, tendo tanta importância. Pedro Ramos lembrou a extensão da Amazônia, dizendo que leva seis dias de barco para chegar a alguns locais. Braulino reclamou a falta de representação dos biomas na divisão proposta. Sônia disse: “Vim representar um povo e quero ser representada, não estou entendendo porque estou sendo descartada, não posso ir para casa e dizer que não somos reconhecidos como povo como os quilombolas ou como os indígenas”. O limite de horário estipulado pela presidente eleita Leide foi alcançado, e surgiu no último instante a proposta acatada por todos – seria feita uma contra-proposta ao governo para que se expanda o número de membros da comissão para 15, a fim de contemplar todas as comunidades presentes.

6. Seleção dos representantes

O terceiro e último dia de encontro foi iniciado por uma apresentação de ventriloquia, com Osvaldão (o boneco) e Carlos Machado (o bonequeiro), que animou os presentes.

No início das atividades houve uma breve recapitulação da decisão da noite anterior. Surgiu uma preocupação de quanto tempo levaria para se fazer outro decreto, pois o presente apenas previa 13 membros. Devido à paridade prevista no decreto, seria necessário também, que se incluíssem mais dois membros do Governo na Comissão. Após uma sinalização que a revisão do

decreto não significaria paralisação dos trabalhos da Comissão, foram eleitas as seguintes representações:

Representantes das Quebradeiras de Coco Babaçu:

Titular: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

Suplente: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)

Representantes dos Seringueiros:

Titular: Conselho Nacional de Seringueiros (CNS)

Suplente: CNS

Representantes de Agroextrativistas da Amazônia

Titular: Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA)

Suplente: GTA

Representante dos Pescadores Artesanais

Titular: Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)

Suplente: a definir

Representantes dos Sertanejos:

Titular: Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (AMAS)

Suplente: a definir

Representantes dos Quilombolas:

Titular: Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ)

Suplente: CONAQ

Representantes das Comunidades de Terreiro:

Titular: Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)

Suplente: Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kodya

Representantes dos Geraizeiros:

Titular: Rede Cerrado

Suplente: Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado

Representantes dos Caiçaras:

Titular: Rede Caiçara de Cultura

Suplente: União dos Moradores da Juréia (UMJ)

Representantes dos Ciganos:

Titular: Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI)

Suplente: Centro de Estudos e Discussão Romani (CEDRO)

Representantes das Comunidades de Fundos de Pasto:

Titular: Coordenação Estadual de Fundo de Pasto

Suplente: Coordenação Estadual de Fundo de Pasto

Representante dos Faxinais:

Titular: Rede Faxinais
Suplente: Rede Ecovida de Agroecologia

Representantes dos Povos Indígenas:

Titular: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Suplente: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)

Representantes dos Pantaneiros:

Titular: Fórum Matogrossense de Desenvolvimento (FORMAD)

Suplente: Colônia de Pescadores CZ-5

Representantes dos Pomeranos:

Titular: Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Branca (AMAPPPAB)

Suplente: Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (ACAES)

Aderval falou em seguida sobre o próximo passo, que seria a definição da pauta de trabalho da Comissão. Deveriam decidir e deliberar sobre as ações seguintes. As demandas identificadas no dia anterior, em particular as lacunas entre demandas e ações oferecidas pelo governo, deveriam ser priorizadas na composição da pauta. Pediu então que cada grupo apresentasse as cinco demandas prioritárias levantadas no diálogo do dia anterior.

7. Apresentação sobre compatibilização de demandas das comunidades e oferta de ações do Governo

Foram limitadas a 10 minutos as apresentações de cada grupo para fins de cumprimento dos horários planejados.

a) Quilombolas e Comunidades de Terreiro:

Demonstraram insatisfação e frustração com a discussão do dia anterior, pois os técnicos que vieram representar os ministérios e programas não tinham poder de deliberação. Consideraram ter perdido muito tempo com as discussões e disseram estar cansados de levantar demandas inúmeras vezes sem que haja encaminhamentos. Ainda assim, “é importante esse tipo de espaço, para que a comunidade perceba que o diálogo precisa ser mais apurado” disse Jô Brandão. Reclamaram da falta de interação entre as ações do Governo, que parece pulverizar esforços. Os quilombolas continuam vivendo sob um processo de tutelamento de todas as suas ações, quando deveriam ser reconhecidos como interlocutores. Não querem intermediários na gestão de riquezas, pois se sabem administrar a pobreza, saberão administrar a riqueza também. As demandas levantadas pelo grupo foram:

Demanda 1: Regularização fundiária. A discussão com o MDA gerou uma resposta insatisfatória e desrespeitosa, pois acusaram os quilombolas de não

pautarem o Governo. Os quilombolas, por sua vez, se sentem induzidos a tomar atitudes que não são de suas práticas.

Demanda 2: Existe uma carteira de projetos, mas não se pensa em fortalecimento institucional para que possam ter acesso ao conhecimento e aos recursos.

Demanda 3: Processo de construção de uma proposta pedagógica em territórios quilombolas, em nível nacional e que leve em conta as especificidades e realidade quilombola.

Demanda 4: Processo de documentação civil das entidades da organização quilombola. Não estão cadastrados no programa Fome Zero, por falta de documentação. Não querem ser isentos de documentação, querem ao contrário terem acesso à documentação.

Demanda 5: Alteração no modelo de cadastro de famílias em programas como o Fome Zero.

Demanda 6: Não fazer com que o programa Fome Zero funcione apenas no cartão, pois só para chegar até a cidade, quase todo o dinheiro é gasto. É preciso se pensar em projetos produtivos para melhorar a soberania alimentar.

b) Pomeranos, Geraizeiros, Sertanejos:

Demanda 1: Acesso e garantia da terra e seus recursos naturais. Falta demarcação de assentamentos. Terras públicas estão sendo invadidas.

Demanda 2: Extrativismo livre, a exemplo da Lei do Babaçu Livre.

Demanda 3: Educação diferenciada para respeitar o ciclo natural de cada comunidade.

Demanda 4: Infra-estrutura básica.

Demanda 5: Reconhecimento e apoio aos conhecimentos tradicionais relacionados à saúde.

c) Povos Indígenas:

Demanda 1: Sobre a demarcação de terras, o número de terras homologadas até o momento é insuficiente, existindo também sobreposição com unidades de conservação. É preciso demarcar território pensando em alternativas que permitam o desenvolvimento da comunidade.

Demanda 2: Educação diferenciada, com modelo diferente do que está sendo imposto. Proposta de concurso público para professores indígenas, pois o relacionamento com as crianças seria melhor. Acesso à universidade que dê aos jovens indígenas condições de conquistar seu espaço na sociedade.

Demanda 3: Terceirização e municipalização da saúde. Tem que ser melhorada a forma de atuação e o atendimento da FUNASA, pois ainda há deficiência na base. Autonomia para departamentos locais.

Demanda 4: Estatuto dos Povos Indígenas.

Demanda 5: Sobre os grandes projetos do Governo, que se tomem providências para impedir estes projetos que estão causando grande impacto ambiental.

Demanda 6: Canais mais eficientes na política pública. Fortalecimento para a FUNAI.

Demanda 7: Maior comprometimento e respeito com as comunidades indígenas, pois só conseguiram falar com o Governo 2 anos após a eleição e ainda assim só porque invadiram o Congresso e se negaram a sair antes de conseguir uma audiência com o Presidente.

d) Agroextrativistas da Amazônia e Quebradeiras de Coco Babaçu:

Demanda 1: Solução da questão fundiária – regularização e destinação de áreas ocupadas por comunidades tradicionais para uso coletivo e sustentável na Amazônia Legal. Aprovação e implementação da lei do babaçu livre, que ainda só funciona em seis municípios do Maranhão. Regularização de áreas já decretadas, RESEX, PAE, PDS, RDS. Rever decretos de criação de unidades de conservação de proteção integral com populações em seu interior.

Demanda 2: Presença do Estado e ação emergencial contra a violência – punição de mandantes, fim das ameaças, re-aparelhamento dos órgãos públicos em equipamento e pessoal, apuração e punição de funcionários envolvidos em esquemas de corrupção, mecanismos mais eficientes para punir crimes ambientais e que funcionem contra os poderosos, pois atualmente o crime compensa.

Demanda 3: Proteção contra o impacto dos grandes projetos – elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável com participação das comunidades locais, implementação prévia deste plano, participação das comunidades na gestão deste plano.

Demanda 4: Planejamento da produção agroextrativista – arranjos produtivos locais, assistência técnica e tecnologia no processamento dos produtos extrativistas, apoio à infra-estrutura para produção (armazenamento, beneficiamento e escoamento), crédito a exemplo do Proambiente e financiamentos, adoção de tecnologias apropriadas, redução do ICMS no processo de comercialização de produtos extrativistas, apoio a processos já iniciados de auto-certificação.

Demanda 5: Políticas de inclusão social – apoio à efetiva implantação das experiências, reconhecimento pelo MEC como alternativa de educação diferenciada, levar a escola para a comunidade com aprendizado voltado para

a realidade local, universidade da floresta, equipar escolas adequadamente, garantir disseminação para implantação de novas unidades, ação concreta e emergencial de expedição de documentos, projeto cidadão, criação de uma política nacional de saúde para populações extrativistas, assegurar direitos previdenciários, humanização do atendimento ao cidadão, desburocratização do processo de aposentadorias.

e) Faxinais, Fundo de Pasto:

Demanda 1: Regularização das áreas de uso comum, respeitando a organização existente, regularização de 400 áreas por meio de convênios entre governo estadual e federal para fundo de pasto, aquisição ou desapropriação de áreas para ampliação de áreas de uso comum para os faxinais.

Demanda 2: Infra-estrutura – instalação de energia elétrica trifásica através do Programa Luz para Todos, no caso dos fundos de pasto. Garantia da manutenção de cercas e saneamento básico para os faxinais.

Demanda 3: Questão produtiva – problemas são o agronegócio, fumo e falta de assistência técnica para os faxinais, já os fundos de pasto pedem assistência técnica para unidades regionais de beneficiamento e certificação, por exemplo.

f) Pescadores Artesanais, Caiçaras, Pantaneiros:

Demanda 1: Regularização fundiária das terras das comunidades tradicionais e da pesca predatória.

Demanda 2: Conversão de áreas em Unidades de Uso Sustentável.

Demanda 3: Adequação, garantia e fortalecimento na educação.

Demanda 4: Criação de ordenamento nas áreas para pesca ornamental.

Demanda 5: Segurança marítima e fluvial – regularização de embarcações.

g) Ciganos:

Demanda 1: Desenvolvimento de políticas públicas e projetos de proteção do patrimônio cultural cigano considerando seu conhecimento histórico e respeito à proteção da ecologia estimulando esclarecimentos.

Demanda 2: Acréscimo da cultura cigana à lei que estabelece o sistema nacional de apoio à cultura.

Demanda 3: Cidadania sem estereótipos da imagem.

Demanda 4: Promover um trabalho eficiente e contínuo junto municipalidades para estabelecimento de áreas próprias para receber ciganos.

Demanda 5: Geração de conhecimento – sensibilizar profissionais de saúde, professores e polícia.

Jorg Zimmermann em seguida comentou que algumas das demandas já estão em processo de atendimento, apesar de serem demasiadamente limitados para dar conta da enormidade da diversidade brasileira. “É preciso trabalhar o marco regulatório para permitir acesso das comunidades para não se pensar que quem recebe o recurso é culpado de desvio”. Anunciou que os ministros Patrus e Marina iriam receber os representantes da comissão pela tarde para lacrar o compromisso. “É um momento importante de se avançar”.

Mônica anunciou que à tarde haveria uma sistematização dos pontos mais recorrentes nas demandas, para que fosse priorizada a lista de discussão da Comissão.

Quando retornaram todos às 14 horas, Paul e Mônica haviam criado uma lista preliminar para avaliação dos participantes, a partir do índice de ocorrência de cada tipo de demanda apresentada pelos grupos durante a manhã. Foram priorizadas onze demandas:

1. Regulamentação fundiária e acesso aos recursos naturais;
2. Educação diferenciada;
3. Fortalecimento e formulação da cidadania;
4. Resolução de conflitos em torno da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral;
5. Dotação de infra-estrutura básica;
6. Saúde diferenciada;
7. Reconhecimento e fortalecimento das organizações sociais;
8. Fomento a projetos de produção sustentável;
9. Garantia de acesso às políticas públicas;
10. Garantia de segurança para as comunidades tradicionais;
11. Proteção contra impactos de grandes projetos.

Após várias sugestões de correções e alterações a serem feitas, a pauta proposta para a comissão ficou assim:

1. Regulamentação fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais;
2. Educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais;
3. Reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil);
4. Não criar mais UCs de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais;
5. Resolução de conflitos decorrentes da criação de UCs de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais;
6. Dotação de infra-estrutura básica;
7. Atenção à saúde diferenciada, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes;
8. Reconhecimento e fortalecimento de suas instituições e formas de organização social;

9. Fomento e implementação de projetos de produção sustentável;
10. Garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social;
11. Garantia de segurança às comunidades tradicionais e seus territórios;
12. Evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando impactos sociais e ambientais.

Aderval apresentou em seguida alguns encaminhamentos para a Comissão. O primeiro era a revisão do decreto, que acontecerá enquanto se realizam os trabalhos da comissão. Ou seja, não ficarão paralisadas as atividades durante o tempo de revisão. O próximo item da lista de Aderval era o encaminhamento das doze demandas ora levantadas pelos participantes. Em seguida, será necessária a formação de técnicos e lideranças e a revisão dos marcos regulatórios (garantindo acesso qualificado das comunidades tradicionais às políticas públicas). Finalmente, foi decidido que a periodicidade das reuniões da Comissão seria bimestral, sendo a instauração dos trabalhos da Comissão Ampliada, em meados de setembro, e mais duas reuniões ainda em 2005, em meados de outubro e meados de dezembro. A bimestralidade é preferida para que as deliberações possam ser encaminhadas em tempo hábil ao passo que as reuniões não ficam distantes uma da outra.

Foi questionada a não representação de ONGs no processo. Aderval esclareceu que Mauro Almeida havia submetido há pouco uma proposta de constituição de uma rede de apoio social, composta por especialistas e ONGs de assessoria, que atuaria sempre que demandada pela Comissão. Jô Brandão lembrou que a necessidade ou não de uma rede de apoio depende da vontade da Comissão, para que haja autonomia.

Em seguida, foi eleita uma comitativa de representantes das comunidades, para a reunião com os Ministros Patrus Ananias e Marina Silva. Desse modo, foram escolhidos: em nome do GTA, Maria Leide de Aquino; Sônia Maria Ferreira da Rocha pela AMAS; Josilene Brandão da Costa e Uriel Rodrigues representando o CONAQ; Marcos Savariu pelo COIAB; Francisca Pereira Vieira em nome do MIQCB; Cárita Rosa das Chagas pelo MONAPE; Brulino Caetano dos Santos pela Rede Cerrado, Ana Maria Sales representando as Comunidades de Terreiro; Márcia Yáskara Guelpa pelos ciganos; Pedro Ramos de Souza representando o CNS; Célia Regina das Neves Favacho, representando o FORMAD; Manoel Joaquim de Carvalho em nome da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto; Francisco Ferreira Rodrigues em nome da Rede de Faxinais; Cláudia Regina Sala de Pinho, representando os pantaneiros. Patrícia Stur, representante dos pomeranos.

8. Conclusão do evento

Duas vans partiram do Centro de Formação Vicente Canhas, em Luziânia, Goiás, às 15 horas e 35 minutos de sexta-feira, 19 de agosto de 2005, carregando os representantes de diversas comunidades tradicionais do Brasil, rumo ao encontro com os Ministros Patrus Ananias e Marina Silva. Os

passageiros se encontravam munidos de uma pauta para discussão para um trabalho em conjunto entre o governo que aspira à inclusão social de povos historicamente esquecidos e os representantes desses próprios povos. O horário adiantado não permitiu uma avaliação do evento, que havia sido planejada, mas não foi difícil perceber que havia no ar um clima misto de entusiasmo e ceticismo.